



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### SENTENÇA

Processo nº: **1007991-06.2017.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Maria Jose da Silva**  
 Requerido: **'Município de Araraquara e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**MARIA JOSÉ DA SILVA** ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e do **ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de medicamento. Alegou ser portadora de Fibromialgia (CID: M79), necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento **Pregabalina 75mg**, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada.

Com a inicial (fls. 01/06), vieram documentos (fls. 07/17).

Concedido os benefícios da assistência judiciária e indeferida a tutela antecipada (fl. 18).

Interposto Agravo de Instrumento pela autora às fls. 22/28, sobrevindo resposta às fls. 35/36, concedendo a tutela de urgência (fl. 37).

Citado, o Município de Araraquara contestou a ação (fls. 49/56), alegando em síntese, que não há nos autos nenhuma prova sobre a indispensabilidade do medicamento pleiteado ou da substituição por outros disponibilizados pelo SUS. Requereu a improcedência da ação.

Citado, o Estado de São Paulo contestou a ação (fls. 61/74), alegando preliminarmente, falta de interesse de agir, pois, a autora não solicitou administrativamente o medicamento pleiteado, nem comprovou ter havido recusa de seu fornecimento gratuito. No mérito, aduziu sobre o artigo 196 da CF, de modo a que referida norma lhe assegure, sob o manto de direito à saúde, o fornecimento de qualquer tipo de medicamento prescrito, independente da submissão a protocolos técnicos. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 82/89.

O feito foi saneado, fixando-se como pontos controvertidos a existência do problema de saúde da autora e a necessidade de uso do medicamento descrito na inicial (fl. 90).

Juntado o laudo do IMESC às fls. 200/206.

**É o Relatório.**

**Fundamento e Decido.**

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

Contudo, verifica-se ser necessária a existência de dois requisitos para a concessão de medicamentos, quais sejam, a imprescindibilidade do medicamento e a ausência de condições financeiras para obtê-lo. Esta é a única interpretação razoável da Lei n. 11.347/2006, pois é inconcebível e atenta até contra o princípio da moralidade que o Estado seja obrigado a fornecer gratuitamente remédios a quem tem capacidade financeira para adquiri-los, sob pena de falência total do sistema, por falta de recursos disponíveis. Realmente, o orçamento é finito, razão pela qual devem ser atendidas as pessoas que realmente não podem arcar com os custos dos medicamentos.

*In casu*, verifica-se que o laudo do IMESC apontou que existem outros medicamentos que podem servir para a patologia da autora e que são disponibilizados pelo SUS.

Nesta senda, não restou comprovada a imprescindibilidade do que foi solicitado, o que leva à improcedência da ação.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, condenando a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em R\$400,00 (quatrocentos reais) em favor de cada um dos requeridos, com fulcro no art. 85, § 3º, do CPC, ressalvada a justiça gratuita.

Em razão da tutela de urgência concedida em sede de Agravo de Instrumento, aguarde-se o trânsito em julgado para a revogação da mesma.

**P.I.C.**

Araraquara, 14 de agosto de 2018.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--